

Ata da 13ª Reunião da Rede PNAFM
30/11 e 01/12/2016
Indaial e Pomerode – SC

1. Participantes

Representantes dos municípios de Araçatuba/SP, Balneário Piçarras/SC, Biguaçu/SC, Campo Grande/MS, Corupá/SC, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Gravatá/PE, Indaial/SC, Pomerode/SC, Rio de Janeiro/RJ, São Bernardo do Campo/SP, São Paulo/SP.

Representantes do Distrito Federal (Brasília)

Representantes da UCP/ Ministério da Fazenda: Alexandre Melillo Lopes dos Santos, Luiz Alberto de Almeida Palmeira, Sérgio Martins da Silva, Vilmar João Martini e Wilza Toscano de Almeida.

Representante da Caixa Econômica Federal: Luciane Maria Persuhn

2. Abertura da reunião e boas vindas

A Mesa de Autoridades foi formada e cada uma das pessoas abaixo dirigiu palavras de boas vindas aos presentes:

Leda Mara de Souza (Gerente Regional da Superintendência do Vale do Itajaí/SC da Caixa Econômica Federal)

Hélio de Matos Corrêa Júnior (Coordenador Geral do PNAFM em Araçatuba/SP e Presidente do COGEP pelos Municípios)

Patrícia Nickhorn e Silva (Coordenadora Técnica do PNAFM em Indaial/SC)

Mônica Suzan Zimmer (Secretária de Administração e Fazenda de Pomerode/SC)

Luiz Alberto de Almeida Palmeira (Coordenador Geral de Programas e Projetos de Cooperação do Ministério da Fazenda e Presidente do COGEP pela UCP)

Rolf Nicolodelli (Prefeito do Município de Pomerode/SC)

3. “Resultados obtidos com a implantação do novo Sistema de Gestão em Pomerode/SC”

Claus Gruetzmacher

Claus Gruetzmacher, Diretor de Tecnologia da Informação da Prefeitura de Pomerode e Coordenador Técnico do PNAFM iniciou sua apresentação com um histórico mostrando a situação anterior no município, com um sistema lento e que não priorizava o bom atendimento ao cidadão. Após a entrada na web em 2013, ampliaram leque de serviços, dando mais autonomia ao contribuinte. Pomerode não investe mais em equipamentos servidores, pois tudo roda na nuvem (cloud), e o resultado traz mais economia, aumento da receita, maior segurança e comodidade ao usuário. O novo sistema é integrado aos Cartórios, possui um cadastro único que é atualizado por diversas áreas da Prefeitura, faz cruzamento de dados e desde sua implantação nunca sofreu interrupção, apresentando 99,98% de disponibilidade. Através do “*extrato do cidadão*” é possível ver todos os vínculos do contribuinte com o município, como registro de dívidas ativas, pagamento de taxas, etc.

Claus reforçou que os municípios precisam mudar suas estruturas, deixando de utilizar CPD e investindo mais nas pessoas, em educação, estradas, escolas e hospitais.

Kleber da empresa IPM apresentou a plataforma “cloud” com um chromebook de 16 gigas RAM para acessar o Portal da Prefeitura de Pomerode. As informações das Pessoas Físicas estão disponíveis para todas áreas da Prefeitura, com exceção do sistema de saúde que ainda não está integrado. O sistema disponibiliza vários indicadores para os gestores municipais.

O banco de dados é monitorado 7 dias por semana, tanto por pessoas quanto pelo modo lógico e cada órgão tem sua própria “nuvem” dentro do sistema com firewall separados garantindo a segurança. Auditorias automáticas mantém o site blindado, com garantia de backup e quando é feito um ajuste no Portal da Transparência em uma Prefeitura, automaticamente ele é lançado para as demais prefeituras que usam o sistema.

Kleber mostrou vários tipos de consultas e pesquisa que podem ser feitos no sistema, permitindo impressão e assinatura digital via token. Os 20 serviços mais acessados correspondem a mais de 56 mil atendimentos realizados.

Ata da 13ª Reunião da Rede PNAFM
30/11 e 01/12/2016
Indaial e Pomerode – SC

Os processos de compras estão no sistema assim como o controle da dívida ativa e a execução orçamentário-financeira.

Luiz informou que na área federal está sendo montado um sistema antifraudes no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional inerente ao controle da Dívida Ativa da União e, Mariana da prefeitura de Pomerode informou que o sistema mantém um histórico que ajuda a evitar fraudes. Melillo comentou sobre as chaves duplas com aprovação final do gestor e também elogiou o tempo de acesso ao banco de dados principalmente comparado à realidade federal do SERPRO, que também deixa a desejar no quesito desenvolvimento.

Fiscais municipais podem fazer operações via celular e cidadãos também.

O sistema é integrado com o Google Maps e com o Facebook e a comercialização dele é feita por módulos de acordo com o tamanho do município. Claus informou que na próxima licitação a empresa vencedora terá que seguir a mesma linha da atual, no que se refere ao sistema.

A base histórica do município está sendo criada nesse sistema para os próximos gestores.

Luiz perguntou quantos municípios catarinenses operam esse sistema e foi informado que são 70. Eduardo Jonker informou que Biguaçu adotou esse sistema economizando 1 milhão e 400 mil reais porque a empresa antiga cobrava por número de usuários. Hoje em dia eles tem mais módulos, maior oferta de serviços e pagando 50% menos.

Luiz pediu que Claus apresente um mapeamento do quanto foi aplicado no Sistema de Gestão de Pomerode e o quanto está dando de resultados.

4. “Projeto de modernização cadastral em Indaial/SC – impactos da gestão” **Mário Zimmermann e Milton Júnior**

Mário Zimmermann e Milton Júnior do Consórcio Aerocarta e SC Engenharia apresentaram os procedimentos realizados no voo de aerofotometria que registrou 1379 imagens da área urbana de Indaial/SC.

Patrícia informou que estão sendo colocados marcos na frente de igrejas e empresas idôneas e ensinando à população a importância de manter esses marcos.

Essa atualização do cadastro imobiliário serve para o planejamento urbano, para o acompanhamento de obras e para uma melhor gestão do município.

Foram compatibilizados dados antigos com o novo levantamento, plantas em papel foram comparadas e lançadas no novo sistema que se chama INDAGEO, com divisão

Ata da 13ª Reunião da Rede PNAFM

30/11 e 01/12/2016

Indaial e Pomerode – SC

de lotes e áreas complementares. O cálculo das áreas foi feito pelos desenhos e pelo cadastro de logradouros. 9011 lotes foram notificados em relação à área construída. A tecnologia utilizada foi desenvolvida pelo INPE e não tem limite de usuários. Cada usuário tem um tipo de permissão de acesso com várias funcionalidades. A Prefeitura de Indaial contratou o sistema e o banco de dados e a base pode ser disponibilizada para Cartórios e outros órgãos. Antes do recadastramento havia 1 milhão em área cadastrada e agora são 3 milhões.

Melillo perguntou se a empresa utiliza a tecnologia dos drones para os voos e eles responderam que não. Lívia comentou que em Gravatá eles fizeram o recadastramento por meio de drones e obtiveram 100% de aumento na arrecadação. Melillo também comentou que o IPTU é visto de uma maneira negativa pelo contribuinte e que a Administração pensa em instituir uma legislação que obrigue atualizações periódicas, desatrelando assim esse tributo da imagem do Prefeito.

Luiz ressaltou que o importante é a transparência e que havendo a comprovação fométrica a população aceita pagar pelo aumento de área construída.

5. “Transição Municipal”

Luiz Palmeira

Luiz iniciou sua fala sobre o tema transição municipal reforçando que é importante que os novos Prefeitos eleitos conheçam a equipe que trabalha no PNAFM. Para isso é necessário que a UEM faça um relatório sucinto sobre o projeto PNAFM. Falcão enviará um modelo que será publicado no site da UCP.

Felipe, ex-Coordenador Geral da UEM Biguaçu comentou que transição é sempre muito difícil e que o modelo do PNAFM não é compreendido para quem está assumindo a Prefeitura. Por isso a importância de se criar rotinas/padrões de pagamentos.

Luiz perguntou se é necessária uma ajuda da UCP junto aos Secretários para facilitar a transição. Hélio de Araçatuba disse que sim. Ficou acordado que a UCP conversará com a equipe de transição desde que seja indicada a necessidade pela UEM, e conte com a sua participação.

Ata da 13ª Reunião da Rede PNAFM
30/11 e 01/12/2016
Indaial e Pomerode – SC

6. Qualidade do Gasto

Luiz deu algumas definições sobre a “Qualidade do Gasto” para checar o nível de entendimento dos integrantes das UEM sobre o tema. Em outra reunião do COGEP, a UCP avaliará a possibilidade de convidar um técnico da STN para palestrar.

Ele comentou que a redução de gastos diminui os investimentos municipais e cria um círculo vicioso de demissões e menos arrecadação. Outra coisa que atrapalha são as isenções tributárias e o aumento de alíquotas do IPTU e do ISS. A solução é melhorar o gasto, produzindo mais e gastando menos, sendo eficiente e eficaz no que se pode atingir.

Eficiência é o ato de fazer as coisas da maneira certa, disse Luiz e citou como exemplo uma licitação para um hospital onde todos os passos foram executados corretamente. O exemplo para eficácia foi a compra de medicamentos pois se não houver hospitais e postos de saúde estruturados, como será feita a distribuição desses remédios? Ou seja, mesmo que a compra tenha sido bem feita, se a distribuição não for bem executada, não foi eficaz.

No dia-a-dia é preciso checar se não estamos apenas realizando passos corretamente mas sem avaliar o resultado, pois é essencial um bom planejamento para haver qualidade no gasto.

Luiz também perguntou quantos dos municípios presentes possuíam um sistema de avaliação de custos e em seguida mostrou o livro “Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência”, organizado pelos servidores Rogério Boueri, Fabiana Rocha e Fabiana Rodopoulos da Secretaria do Tesouro Nacional. O citado livro está disponível para download no site da UCP (<http://www.ucp.fazenda.gov.br/>) Felipe Asmuz comentou que as Secretarias não conhecem suas dotações orçamentárias e com isso sobrecarregam o Secretário de Finanças. Para Felipe, é imprescindível que os novos gestores recebam uma formação básica em gestão pública.

7. Orientações financeiras para encerramento dos projetos

Sérgio Martins

Sérgio reforçou a importância da UEM elaborar um bom relatório para a equipe de transição já que os novos Prefeitos tendem a manter a UEM quando encontram uma equipe estruturada e bem organizada.

Para aqueles que já encerraram seus projetos e aqueles que encerrarão em 31/12/2016, é preciso fazer a conciliação financeira e contábil no SIGFIN e no SIAPM e também devolver os recursos financeiros não utilizados, para o BID ou para a União. A conciliação pode ser feita até dia 31/01/2017 mas nenhum pagamento pode ser feito em 2017, a não ser que tenha sido prorrogado.

É preciso que a UEM acompanhe com a Caixa Econômica Federal, a assinatura do termo aditivo do contrato até 31.12.2016. A UCP já enviou à Caixa o Ofício solicitando a prorrogação dos contratos.

Sérgio ressaltou que devolução de recursos não significa perda financeira pois o PNAFM é um empréstimo. Se a origem dos recursos for um convênio, aí sim devolução é uma perda.

Sérgio informou que os municípios que permanecerão no PNAFM podem transferir os rendimentos do Projeto 1 para o Projeto 2 e/ou para a Tesouraria do Município, bastando apenas manifestar essa decisão. Quem não assinou o Projeto 2 é obrigado a transferir integralmente os rendimentos para a Tesouraria. A conta vinculada não será encerrada devido ao pagamento das amortizações.

Sérgio pediu que as Demonstrações Financeiras venham assinadas e corretíssimas, já que sendo as últimas não permitem ajustes nem através das Notas Explicativas. É importante colher as assinaturas da atual equipe nas Demonstrações uma vez que a nova equipe desconhece esse assunto.

Por falta de tempo hábil, os serviços que forem prestados em dezembro não poderão ser pagos com recursos PNAFM e deverão ser assumidos pela Prefeitura. Por esse motivo, a UEM tem que se articular com os gestores de todas as áreas da Prefeitura, para que o pagamento das faturas seja feito até o último dia do expediente bancário. Toda a documentação referente ao programa PNAFM deve ser guardada em local seguro pelo prazo de 5 anos. O ideal é que a UEM seja mantida até a apresentação da documentação de encerramento do projeto mas se houver a desativação o controle patrimonial deve ser passado para outra área da Prefeitura. Além disso, deve haver o acompanhamento da dívida em relação às amortizações.

Ata da 13ª Reunião da Rede PNAFM

30/11 e 01/12/2016

Indaial e Pomerode – SC

Sérgio advertiu sobre o cumprimento das recomendações de auditoria e sugeriu contato com a CGU local para checar se há indicativos de glosa pois após o encerramento do projeto não há como utilizar os recursos PNAFM.

Luiz comentou que 2 municípios não responderam as recomendações de Auditoria. Fábria de Florianópolis disse que a aba de Auditoria do projeto deles no SEEMP está acusando pendências.

Sérgio informou que as orientações são as mesmas para quem vai encerrar o projeto em 2017 e lembrou aos presentes que depois da Justificativa de Gastos encerrada, vinculada e enviada ao BID, não há mais como retroceder.

Na sequência, ele mostrou um quadro com os municípios que irão encerrar seus projetos e os que vão prorrogar. Sérgio reforçou que as liquidações têm que ser feitas até o final de Dezembro/16 para os municípios que não prorrogaram os contratos.

8. Relatório de Conclusão do Projeto – PCR

Vilmar Martini

Martini discorreu sobre o PCR cujo modelo foi elaborado pelo BID. O prazo para entrega do relatório é de 60 dias após o encerramento do projeto.

A UCP consolida as informações de todos os municípios e faz um Relatório Geral com o resultado do Programa PNAFM como um todo, apresentando indicadores e resultados.

O modelo do PCR já está publicado no site da UCP e espera-se relatórios mais qualificados dos que os apresentados no PNAFM 1.

Martini pediu especial atenção para o item 6 que trata da sustentabilidade do projeto, onde o município deverá dizer como manterá o patamar de resultados alcançado com o PNAFM.

Luiz pediu que os produtos que apresentem resultado posterior ao encerramento do projeto tenham um registro especial no relatório, dizendo como essa aferição será feita. Osni falou sobre a dificuldade em receber as informações de determinadas áreas da Prefeitura, então Sérgio sugeriu o envio de um Ofício da UCP aos Prefeitos, ressaltando a importância do PCR. Falcão sugeriu que o Prefeito chancelo o relatório para poder gerar uma obrigação.

Finalizando sua apresentação, Martini solicitou o envio dos Relatórios de Monitoramento referentes ao último trimestre de 2016.

Ata da 13ª Reunião da Rede PNAFM

30/11 e 01/12/2016

Indaial e Pomerode – SC

9. Posicionamento sobre Projeto 2 do PNAFM II

Luiz Palmeira

Luiz citou os 4 municípios que conseguiram aprovação: Balneário Piçarras, Corupá, Fortaleza e São Paulo. Ele também relatou os problemas ocorridos com Brasília, Rio e Biguaçu com a documentação junto ao Tesouro Nacional.

Edlene de Fortaleza deu algumas dicas para os integrantes das 4 UEM que executarão o Projeto 2. Luiz reforçou a importância na celeridade na execução dos projetos devido o exíguo prazo do PNAFM –II/2, com vencimento em 31.10.2017.

10. PNAFM III

Luiz Palmeira

Luiz informou que há cerca de 249 municípios interessados nos US\$ 150 milhões do PNAFM III. A Coordenação Técnica promoveu um estudo visando aumentar o número de participantes pois no Projeto 1 do PNAFM II apenas 22 Municípios participaram. Com a adequação dos produtos e de valores chegou-se ao resultado de possibilidade de participação de até 60 municípios.

A representante da Caixa argumentou sobre como esses municípios foram selecionados e o Luiz explicou que essa carteira decorreu de fase de habilitação anterior e que esses municípios inclusive elaboraram projetos preliminares.

No que tange à contratação, Luiz explicou que já foi finalizada a etapa de contratação nas áreas técnicas, agora falta a mensagem de envio de material para o Senado Federal.

Em relação aos Municípios, se faz necessária elaboração de toda documentação técnica e jurídica. Eventualmente poderá aproveitar Lei autorizativa. A expectativa é que a aprovação dessa fase ocorra até o final do exercício, mas para os municípios, a contratação poderia ocorrer a partir de março do próximo ano.

Hélio de Araçatuba sugeriu uma ação da UCP solicitando maior interação da Caixa com os municípios, no sentido de conhecer o Programa, especialmente os produtos e resultados e não somente envolvimento na parte financeira.

Luiz comentou sobre a metodologia que a STN vem trabalhando, com novos métodos para apurar a condição de endividamento que exijam aval da União, com classificação de A até D (método aplicado para os municípios com mais de 200 mil habitantes). Estima-se que a metade da carteira de interessados no PNAFM III não passe por essa avaliação, ou seja, os municípios com classificação C e D não poderiam pegar novos

Ata da 13ª Reunião da Rede PNAFM

30/11 e 01/12/2016

Indaial e Pomerode – SC

financiamentos. A STN está estudando o assunto de forma a avaliar excepcionalidade, face aos objetivos do PNAFM.

Luiz firmou compromisso em enviar o estudo da STN para conhecimento de todos.

Fortaleza perguntou se haverá alteração da atual tabela de valores. Luiz informou que haverá alteração com maior número de faixas. Alexandre complementou que haverá um trabalho específico com avaliação dos produtos que seriam obrigatórios de modo que seja possível executar o projeto em menor tempo e, portanto, com um menor volume de recursos.

Melillo informou que deverá ocorrer uma validação da lista de interessados, como forma de prospectar novos municípios interessados e também como forma de preparar o PNAFM IV.

Os municípios encaminharão até o dia 15 de janeiro de 2017 sugestões de alteração do ROP e do MOP.

11. PNAFM II – Prorrogação

Luiz Palmeira

Luiz lembrou aos presentes que a intenção inicial era não prorrogar os contratos. No entanto após avaliação técnica da UCP identificou-se um grupo de municípios com volumes já contratados e que necessitavam prorrogação. Foi enviado Ofício aos municípios para manifestação inclusive dos resultados esperados com a dilatação de prazo para execução e à Caixa autorizando a prorrogação. Luiz ressaltou que não é necessária a prorrogação do contrato para apresentação dos relatórios.

Melillo informou que não há condições de prorrogar além de Outubro de 2017.

12. Eleição COGEP

Luiz Palmeira

Luiz falou que a eleição é necessária face ao encerramento do mandato dos atuais Presidentes. Lembrou que o Regimento do COGEP exige que essa função seja exercida apenas por ocupantes do cargo de Cordenador Geral da UEM.

Foram eleitos o Victor do Rio de Janeiro como Presidente e o Falcão de Fortaleza como Vice-Presidente, ambos representantes municipais. Luiz e Josenilson

Ata da 13ª Reunião da Rede PNAFM
30/11 e 01/12/2016
Indaial e Pomerode – SC

permanecem nos encargos de Presidente e Vice-Presidente pela UCP, respectivamente.

13. Definição do próximo COGEP e encerramento
Luiz Palmeira

O Balneário Piçarras/SC ofereceu-se para sediar a próxima reunião do COGEP que está prevista para ocorrer em Abril de 2017.

Luiz agradeceu a presença de todos e a acolhida do município de Pomerode na pessoa do Claus, assim como o carinho da Patrícia de Indaial. Ele reforçou que as reuniões do COGEP primam pela simplicidade mas também pela produtividade e pelo conagraçamento entre as pessoas.

Hélio de Araçatuba/SP agradeceu a presença e participação dos municípios e mais uma vez ressaltou que é muito gratificante fazer parte do Programa PNAFM.

Claus e Patrícia agradeceram o apoio e a presença dos municípios presentes, da Caixa e da equipe da UCP.